

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. referentes ao exercício de 2010, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

Análise do ambiente macroeconômico

Desafiador. Em uma palavra, assim pode ser definido o ano de 2010 para grande parte do mercado de engenharia, inclusive para a Mendes Júnior. Em contraposição ao crescimento de 11,6% do Produto Interno Bruto da construção civil, a empresa se deparou com um cenário marcado por fatores como o acirramento da concorrência, revisão de investimentos e projetos públicos e privados, alta dos juros, além da dificuldade de encontrar profissionais qualificados no mercado.

Ainda que o cenário se apresente menos promissor no curto prazo, a Mendes Júnior continua atenta e pronta para assumir a dianteira de oportunidades relacionadas à necessidade premente de melhorar a infraestrutura do país e de dar ritmo aos preparativos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, segmentos em que é reconhecida por sua excelência técnica e de gestão.

Para fazer frente a esse cenário, a empresa aproveitou o ano de 2010 para se reposicionar e continuar no caminho do crescimento, mesmo que intrínseco nesse primeiro momento. Focou, portanto, no desenvolvimento contínuo de soluções de engenharia de classe mundial, na busca por novas oportunidades de negócio, no aprimoramento do seu sistema de gestão integrada e também na gestão de pessoas.

Desempenho econômico e financeiro

Com flexibilidade e visão estratégica, a Mendes Júnior conseguiu superar grandes desafios e consolidar-se no mercado do Centro, Norte e Nordeste do país. Conquistou importantes projetos, como a integração do ramal da Ferrovia de Integração Oeste Leste da Valec e a construção da Arena Pantanal, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014, revelando sua capacidade de alterar rotas e de colocar em prática medidas que minimizam os riscos do negócio, como a diversificação de projetos e de área de atuação. No âmbito econômico-financeiro, apresentou boa performance na receita operacional, com crescimento de 13,45% em relação ao ano anterior. O lucro líquido da receita, no entanto, não acompanhou esse movimento. A elevação das despesas administrativas, puxadas pela reestruturação da área Comercial, o incremento dos custos operacionais decorrente, principalmente, de ajustes salariais impostos pelo aquecimento do mercado de trabalho, foram os principais fatores internos que levaram a esse resultado. Além disso, há que se somar a agenda política-eleitoral, que gerou adiamentos e postergações na solução de pendências contratuais junto aos clientes públicos.

Sistema de Gestão Integrada

Em 2010, o Sistema de Gestão Integrada da Mendes Júnior, que contempla qualidade dos serviços e do atendimento, respeito ao meio ambiente, segurança e saúde dos colaboradores e responsabilidade social foi recertificado. A auditoria realizada pelo *Bureau Veritas Certification (BVC)* atestou o compromisso da empresa com a melhoria contínua dos processos.

A empresa manteve, também, sua certificação, em nível A, na norma do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) e passou pela avaliação de fornecedores da Petrobras, que conferiu resultados de excelência em aspectos técnicos e gerenciais.

Gestão de pessoas

Em 2010, em resposta a um dos principais desafios do setor – a escassez generalizada de mão-de-obra qualificada – a Mendes Júnior focou na consolidação da atuação da Diretoria de Recursos Humanos, com ações voltadas a promover a longevidade da empresa, a competitividade dos negócios e a produtividade nos projetos. Dentre as principais ações empreendidas no ano estão o mapeamento do patrimônio humano, com atualização do cadastro de competências, aspirações e trajetória profissional; maximização das possibilidades de aproveitamento interno; o assessment, base para a proposição de ações de desenvolvimento pessoais e institucionais e o treinamento e a conscientização dos colaboradores em segurança do trabalho.

Perspectivas para 2011

A realização de grandes eventos esportivos no Brasil nos anos de 2014 e 2016 abre importantes oportunidades de negócios e pode gerar uma nova onda de aquecimento no setor de engenharia. A Mendes Júnior está preparada para participar de maneira ainda mais ativa desse momento – sua expertise, materializada em projetos como a construção da Arena Pantanal, a credenciam para isso. Também está pronta para participar de projetos voltados à melhoria da infraestrutura do País, apesar de o Governo Federal ter anunciado redução nos investimentos para 2011.

A participação no mercado de óleo e gás continuará no foco da empresa, que está atenta às oportunidades de investimentos em projetos relacionados ao pré-sal e dedicada à consolidação de sua atuação no mercado *offshore*, que apresenta boas perspectivas de contratação para os próximos anos, apesar do aumento da concorrência.

Buscar contratos em novos segmentos do mercado, como os ferroviário, portuário e de saneamento, por exemplo, também estão no centro da estratégia da Mendes Júnior para continuar trilhando o caminho do crescimento e contribuindo para o desenvolvimento do país. Em 2010, trabalhamos forte no equacionamento de demandas internas, revisamos nosso planejamento estratégico à luz dos novos desafios, demos continuidade aos estudos para retomada do mercado externo, investimos na reestruturação de áreas e processos críticos, como o de captação, valorização e retenção de profissionais. Como resultado, estamos mais fortes e preparados para superar os desafios, continuar oferecendo ao mercado soluções de engenharia de classe mundial.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio e a participação dos senhores acionistas, colaboradores e parceiros pelos resultados obtidos em 2010.

A Diretoria
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVOS					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE:					CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	6	177.077	209.449	99.414	Empréstimos e financiamentos	13	35.914	1.132	6.404
Contas a receber de clientes		90.815	52.740	64.374	Fornecedores e subempreiteiros		98.461	100.451	41.632
Títulos a receber	7	115.429	122.705	136.084	Salários e encargos sociais		57.743	54.005	32.154
Adiantamentos a fornecedores		7.519	38.437	21.813	Impostos e contribuições		12.973	19.301	12.069
Estoque	8	96.133	29.448	11.146	Adiantamentos de clientes		8.712	31.093	28.244
Outros ativos circulantes		21.504	14.863	10.547	Contas a pagar		1.568	2.702	3.777
Total do Ativo Circulante		<u>508.477</u>	<u>467.642</u>	<u>343.378</u>	Total do Passivo Circulante		<u>215.371</u>	<u>208.684</u>	<u>124.280</u>
NÃO CIRCULANTE:					NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:					Exigível a longo prazo:				
Créditos com empresas ligadas	9	7.247	3.084	2.778	Empréstimos e financiamentos	13	10.000	-	-
Títulos a receber	7	30.827	81.641	38.292	Impostos e Contribuições		19.318	20.528	19.874
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	11.237	Provisão para contingências	14	9.320	13.189	11.509
		38.074	84.725	52.307	Passivo Atuarial		3.562	4.443	-
					Adiantamentos de clientes		-	-	7.597
Permanente					Títulos a pagar		1.012	1.170	1.328
Investimentos	10	47.341	41.421	7.375	Total do Passivo Não Circulante		<u>43.212</u>	<u>39.330</u>	<u>40.308</u>
Imobilizado líquido	11	31.655	30.724	27.455	TOTAL DO PASIVO		<u>258.583</u>	<u>248.014</u>	<u>169.128</u>
Intangível	12	22.455	305	305	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
		101.451	75.450	35.135	Capital social	15	235.000	235.000	179.450
Total do Ativo Não Circulante		<u>139.525</u>	<u>157.175</u>	<u>87.442</u>	Aumento de capital		-	-	25.608
					Reserva de lucros:				
TOTAL DO ATIVO		648.002	624.817	430.820	Reserva Legal		11.022	8.336	2.344
					Reserva de lucros		132.140	120.696	44.539
					AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial		11.257	12.771	14.291
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>389.419</u>	<u>376.803</u>	<u>266.232</u>
					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>648.002</u>	<u>624.817</u>	<u>430.820</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Receita Líquida	18	1.442.006	1.269.082
Custo de serviços e empreitadas de obras		(1.258.478)	(1.017.503)
LUCRO BRUTO		183.528	251.579
Administrativas e gerais		(98.461)	(74.762)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(5.328)	(1.141)
Resultado de equivalência patrimonial		4.990	8.444
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		84.729	184.120
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(9.172)	4.674
LUCRO OPERACIONAL		75.557	188.794
Outras (despesas) receitas		3.206	(2.341)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.763	186.453
Imposto renda/contribuição social	19	(26.551)	(56.157)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		52.212	130.296
Resultado líquido do exercício por ação – R\$		0,22	0,56

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	52.212	130.296
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	7.324	5.770
Baixa de bens do imobilizado	2.999	2.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	11.237
Resultado empresas participantes – SCP	-	(15.282)
Provisão passivo atuarial	(881)	-
Reserva lucros retidos	-	(29.942)
Aumento de capital	-	29.942
	61.654	134.183
(Aumento) redução ativos		
Clientes	20.015	(18.336)
Estoques	(66.685)	(18.302)
Adiantamento a terceiros	30.918	(16.624)
Outros ativos	(6.641)	(4.316)
	(22.393)	(57.578)
Aumento (redução) passivos		
Fornecedores	(1.990)	58.819
Obrigações sociais	3.738	21.851
Obrigações fiscais	(14.117)	7.886
Adiantamentos de clientes	(22.381)	(4.748)
Provisão para contingências	(3.869)	1.680
Outros passivos	(1.292)	(1.233)
	(39.911)	84.255
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(650)	160.860
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:		
Investimentos	(5.920)	(34.046)
Aquisição de imobilizado	(6.243)	(11.835)
Aquisição de intangível	(22.150)	-
Venda de imobilizado	1.568	634
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(32.745)	(45.247)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(4.163)	(306)
Pagamentos de dividendos	(39.596)	-
Empréstimos e financiamentos	44.782	(5.272)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	1.023	(5.578)
= Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(32.372)	110.035
= Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(32.372)	110.035
Saldo de caixa + equivalente de caixa no início do ano	209.449	99.414
Saldo de caixa + equivalente de caixa no final do ano	177.077	209.449

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	52.212	130.296
Outros resultados abrangentes	1.514	(2.923)
Constituição de passivo atuarial	-	(4.443)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.514	1.520
Resultado abrangente total do exercício	53.726	127.373

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Especial para dividendos não Distribuídos	Retenção de Lucros	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2008	179.450	25.608	2.344	11.135	33.404	-	-	-	251.941
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	14.291	-	-	14.291
Saldos em 01 de janeiro de 2009	179.450	25.608	2.344	11.135	33.404	14.291	-	-	266.232
Integralização do aumento de capital	25.608	(25.608)	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1.520)	-	1.520	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	130.296	130.296
Reserva legal	-	-	5.992	-	-	-	-	(5.992)	-
Reserva especial p/dividendos não distribuídos	-	-	-	28.461	-	-	-	(28.461)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	82.081	-	-	(82.081)	-
Integralização de capital	29.942	-	-	-	(29.942)	-	-	-	-
Resultados empresas participantes – SCP	-	-	-	-	-	-	-	(15.282)	(15.282)
Provisão passivo Atuarial	-	-	-	-	(4.443)	-	-	-	(4.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	235.000	-	8.336	39.596	81.100	12.771	-	-	376.803
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(39.596)	-	-	-	-	(39.596)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1.514)	-	1.514	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	52.212	52.212
Reserva legal	-	-	2.686	-	-	-	-	(2.686)	-
Reserva especial p/dividendos não distribuídos	-	-	-	12.760	-	-	-	(12.760)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	38.280	-	-	(38.280)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	235.000	-	11.022	12.760	119.380	11.257	-	-	389.419

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Continua . . .

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL:**

A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. é uma Sociedade com sede em São Paulo, Capital, e atua na indústria de construções, montagens industriais e eletromecânicas, gerenciamento de empreendimentos, comércio, exportações, importações e outras atividades relacionadas com seu objeto principal, constantes do estatuto social.

2. BASES E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contidas na Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações – LSA, as expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de Máquinas, Equipamentos e Veículos na data de transição para as normas internacionais/CPCs. Desta forma, a Sociedade efetuou ajustes nos saldos das Demonstrações Financeiras em 01/01/2009 e 31/12/2009, bem como nos saldos da Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31/12/2009, para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1. Instrumentos financeiros ativos**

A Sociedade reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. São considerados dessa forma, quando a Sociedade as possui, as aplicações financeiras, incluídas em caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. São considerados dessa forma as contas a receber de clientes, os direitos creditórios e os títulos a receber. Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das quatro categorias a seguir: (a) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (b) empréstimos e recebíveis; (c) investimentos mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias depende de sua natureza e finalidade.

Os ativos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. A Sociedade não efetuou operações com derivativos e/ou outros instrumentos de risco.

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados pela Sociedade para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes: Referem-se a serviços executados e representam os valores estimados de realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo (correspondente ao valor faturado), diminuídas ao valor recuperável, quando necessário.

Títulos a Receber: estão registrados conforme contrato.

3.2. Investimentos

A Sociedade detém investimento em sociedades. Esses investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, atendendo à determinação expressa do *caput* do art. 248 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações – “LSA”), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.941/09.

3.3. Imobilizado

Nos termos do “Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado” e da “Interpretação Técnica ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos”, dos Pronunciamentos Técnicos CPCs nºs 27, 28, 37 e 43, a Sociedade verificou o valor justo do ativo imobilizado, tendo constatado diferença relevante em relação aos bens registrados nas contas de Máquinas, Equipamentos e Veículos. Logo, registrou os mesmos ao valor justo, com base em avaliações efetuadas por técnicos avaliadores com larga experiência na avaliação de bens desta natureza.

Os efeitos fiscais dessa avaliação foram reconhecidos de acordo com o ICPC nº 10 e o “Pronunciamento Técnico CPC nº 32 – Tributo sobre o Lucro”. Quanto aos demais itens do imobilizado, não foi verificada diferença substancial entre o valor contábil e o valor justo dos mesmos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. Quando aplicável, os gastos na reforma do imobilizado são incorporados ao mesmo, somente se os benefícios econômicos associados aos gastos forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Os reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados na data de encerramento do exercício e ajustados, se necessário. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido ao seu valor recuperável, na hipótese de valor residual exceder o valor recuperável.

3.4. Redução ao valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.5. Instrumentos financeiros passivos

Todos os instrumentos financeiros passivos foram reconhecidos no balanço da Sociedade. Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Sociedade são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Subempregados, e partes relacionadas. Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, quando exigíveis em prazo de até 12 meses da data do balanço e no passivo não circulante, quando exigíveis em prazos superiores ao mencionado.

Os passivos financeiros sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados mensalmente conforme o índice aplicável. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas, para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curtos e longos prazos são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras.

3.8. Imposto sobre a Renda (IRPJ e CSLL)

O IRPJ e a CSLL são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. São constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação, contabilizados no Passivo não Circulante – Longo Prazo.

O encargo com tributos (correntes e diferidos) é reconhecido no resultado, exceto quando correspondem valores registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido; hipótese na qual os tributos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.9. Benefícios a empregados - Previdência privada

A Sociedade possui planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte; assistência médica e seguro de vida em grupo.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33, a Sociedade reconheceu os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis nas demonstrações financeiras, reconhecendo os efeitos nos Resultados Abrangentes.

3.10. Reconhecimento da receita

As receitas somente são reconhecidas quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluíssem para a Sociedade. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

3.11. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). Os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado. Não existem ativos indexados à moeda estrangeira.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

O processo de elaboração das demonstrações requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas do seu melhor julgamento, baseadas na experiência e em outros fatores relevantes que afetam os montantes apresentados dos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nestas demonstrações financeiras.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período; ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

5. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Sociedade eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP). A Sociedade preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para o período iniciado em 01/01/2010, como descrito em suas práticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 01/01/2009, data da transição para os CPCs. Esta nota, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 01/01/2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31/12/2009.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e foram apresentadas em conformidade com o CPC 37 e 43. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas: Em conformidade ao “Pronunciamento Técnico CPC nº 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade”, a Sociedade apresenta a conciliação do ativo, passivo, patrimônio líquido, resultado e resultado abrangente, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referentes aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009, considerando os CPCs vigentes em 2010:

	01/01/2009			31/12/2009		
	BR GAAP anterior publicado	Ajuste da transição	CPC Ajustado	BR GAAP anterior publicado	Ajuste da transição	CPC Ajustado
ATIVOS						
CIRCULANTE:						
Caixa e equivalentes de caixa	99.414	-	99.414	209.449	-	209.449
Contas a receber de clientes	64.374	-	64.374	52.740	-	52.740
Títulos a receber	136.084	-	136.084	122.705	-	122.705
Adiantamentos a fornecedores	21.813	-	21.813	38.437	-	38.437
Estoques	11.146	-	11.146	29.448	-	29.448
Outros ativos circulantes	10.547	-	10.547	14.863	-	14.863
Total do Ativo Circulante	343.378	-	343.378	467.642	-	467.642
NÃO CIRCULANTE:						
Realizável a longo prazo:						
Créditos com empresas ligadas	2.778	-	2.778	3.084	-	3.084
Títulos a receber	38.292	-	38.292	81.641	-	81.641
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.237	-	11.237	-	-	-
	52.307	-	52.307	84.725	-	84.725
Permanente						
Investimentos	7.375	-	7.375	41.421	-	41.421
Imobilizado líquido	13.164	14.291	27.455	17.953	12.771	30.724
Intangível	305	-	305	305	-	305
	20.844	14.291	35.135	59.679	12.771	72.450
Total do Ativo Não Circulante	73.151	14.291	87.442	144.404	12.771	157.175
TOTAL DO ATIVO	416.529	14.291	430.820	612.046	12.771	624.817

	01/01/2009			31/12/2009		
	BR GAAP anterior publicado	Ajuste da transição	CPC Ajustado	BR GAAP anterior publicado	Ajuste da transição	CPC Ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE:						
Empréstimos e financiamentos	6.404	-	6.404	1.132	-	1.132
Fornecedores e subempregados	41.632	-	41.632	100.451	-	100.451
Salários e encargos sociais	32.154	-	32.154	54.005	-	54.005
Impostos e contribuições	12.069	-	12.069	19.301	-	19.301
Adiantamentos de clientes	28.244	-	28.244	31.093	-	31.093
Contas a pagar	3.777	-	3.777	2.702	-	2.702
Total do Passivo Circulante	124.820	-	124.820	208.684	-	208.684
NÃO CIRCULANTE:						
Exigível a longo prazo:						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Impostos e Contribuições	19.874	-	19.874	20.528	-	20.528
Provisão para contingências	11.509	-	11.509	13.189	-	13.189
Passivo Atuarial	-	-	-	-	4.443	4.443
Adiantamentos de Clientes	7.597	-	7.597	-	-	-
Títulos a pagar	1.328	-	1.328	1.170	-	1.170
Total do Passivo Não Circulante	40.308	-	40.308	34.887	4.443	39.330
TOTAL DO PASIVO	169.128	-	169.128	243.571	4.443	248.014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	179.450	-	179.450	235.000	-	235.000
Aumento de capital	25.608	-	25.608	-	-	-
Reserva de lucros:						
Reserva Legal	-	-	2.344	-	-	8.336
Reserva de lucros	46.883	-	44.539	133.475	(4.443)	120.696
AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	14.291	14.291	-	12.771	12.771
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.941	14.291	266.232	368.475	8.328	376.803
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	416.529	14.291	430.820	612.046	12.771	624.817

Conciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	BR GAAP anterior publicado	Ajuste de Transição	CPC Ajustado
Receita líquida	1.269.082	-	1.269.082
Custo de serviços e empreitadas de obras	(1.015.199)	(2.304)	(1.017.503)
Lucro bruto	253.883	(2.304)	251.579
Administrativas e gerais	(74.762)	-	(74.762)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.141)	-	(1.141)
Resultado de equivalência patrimonial	8.444	-	8.444
Lucro operacional antes do resultado financeiro	186.424	(2.304)	184.120
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.341)	-	(2.341)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	188.757	(2.304)	186.453
Imposto de renda/Contribuição Social	(56.941)	784	(56.157)
Lucro Líquido do Exercício	131.816	(1.520)	130.296

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	
	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
Saldo anteriormente publicado	131.816	368.475	251.941
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.520)	12.771	14.291
Passivo atuarial	-	(4.443)	-
Saldos reapresentados	130.296	376.803	266.232

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa e contas correntes bancárias	41.105	49.246
Aplicações financeiras	135.972	160.203
Total	177.077	209.449

As aplicações financeiras correspondem substancialmente a investimentos remunerados às taxas que variaram de 100,0% a 106,0% do CDI.

7. TÍTULOS A RECEBER (curto e longo prazo)

Referem-se principalmente, a títulos a receber de entidades governamentais.

8. ESTOQUE

	2010	2009
Materiais para aplicação	25.265	28.697
Mercadorias para revenda	70.868	751
Total	96.133	29.448

9. PARTES RELACIONADAS

A transação entre a Sociedade e outras empresas refere-se a operações de consórcios de empresas, realizadas em condições consideradas pela Administração como usuais de mercado. Os principais saldos são ativos demonstrados como segue:

	2010	2009
Descrição		
Edificadora S/A	2.417	1.354
Outras Empresas	4.830	1.730
Total	7.247	3.084

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	2010	2009
Descrição		
Mendes Júnior Uruguai S/A	4.670	4.863
Norte Energia S/A	2.250	-
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	38.162	25.048
SCP Alvorada do Oeste	-	7.404
Outros Investimentos	2.259	4.106
<		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)**15. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS:**

O capital social é de R\$235.000 divididos em 205.058.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação em vigor.

A proposta da Administração à Assembléia Geral Ordinária é para que seja constituída Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos, no valor de R\$12.760, nos termos do artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

16. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR:

Os valores dos passivos relativos à previdência complementar são os seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Obrigações de longo prazo	(880)	4.443	-
Obrigações de curto prazo	-	-	-
Total	(880)	4.443	-

A Sociedade, em conjunto com outras empresas do Grupo Mendes Júnior, é patrocinadora da MENDESPREV – Sociedade Previdenciária, entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é constituída com o objetivo de assegurar aos seus beneficiários o complemento dos proventos de aposentadoria e pensão.

A Mendesprev adota dois planos de benefícios, ou seja, Plano CD de Benefícios e o Plano Misto de Benefícios. O Plano CD de Benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, em que o valor dos benefícios são ajustados ao Saldo de Conta mantido em favor do Participante, inclusive na fase de percepção dos benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores portados e os benefícios pagos; e o Plano Misto de Benefícios que trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida (fase de acumulação de recursos na atividade) e outra de benefício definido (fase de recebimento de benefícios).

16.1. Plano CD de Benefícios

O Plano CD de Benefícios, administrado pela MENDESPREV, é estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Em 31 de dezembro de 2010, a Mendesprev possuía no plano CD de Benefícios 224 participantes ativos, e não existia participantes assistidos e pensionistas, considerando que as adesões ao plano ocorreram em 2010.

16.1.1. Plano de Custeio

As contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocinados compreendem:

- Contribuição Normal: de caráter obrigatório e mensal, correspondente a um percentual escolhido pelo Participante de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) do seu Salário de Participação.
- Contribuição Extraordinária: de caráter opcional e eventual, corresponde ao valor escolhido pelo Participante Ativo e Autopatrocinado de acordo com sua conveniência.

As contribuições da Patrocinadora compreendem:

- Contribuição Normal: efetuada mensalmente, corresponde a 2% (dois por cento) do Salário de Participação.
- Contribuição Extraordinária: esporádica, voluntária, destinada a reforçar o Saldo de Conta do Participante Ativo.

As despesas administrativas são custeadas pela Patrocinadora, pelos Participantes Autopatrocinados, optantes pelo Benefício Proporcional Diferido e Assistidos, na forma estabelecida pelo Atuarário.

16.1.2. Benefícios

Os benefícios assegurados pelo Plano CD de Benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Abono Anual.

O valor mensal do benefício de aposentadoria é obtido na data do seu requerimento, calculado por equivalência atuarial, com base no Saldo de Conta e nas faixas etárias do Participante e seus beneficiários. Os benefícios são recalculados, anualmente, no mês de novembro, com base nas características etárias do Assistido, de seus beneficiários e do Saldo de Conta remanescente da Conta Individual de Benefício Concedido.

Para fins de atendimento a CPC nº 33, a contabilização dos compromissos para esta modalidade de Plano é apurada através do montante das contribuições da patrocinadora vertidas ao Plano durante o exercício de 2010, não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

16.2. Plano Misto de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2010, a Mendesprev possuía no Plano Misto de Benefícios 217 participantes Ativos, 62 participantes Diferidos, 40 participantes Aposentados (em 31 de dezembro de 2009 227 participantes Ativos, 04 participantes Diferidos, 44 participantes Aposentados).

O Plano Misto de Benefícios trata-se de um plano misto composto de duas partes: uma que é contribuição definida e outra de benefício definido, não sendo mais admitida adesões ao plano.

16.2.1. Plano de Custeio

Os benefícios oferecidos pelo Plano serão custeados por meio de:

- Contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocinados: de caráter obrigatório e mensal, correspondente à 7,5% (sete e meio por cento) da parcela do Salário de Participação que exceder a 20 Salários Unitários;
 - Contribuição das Patrocinadoras: igual a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo participante;
 - Receitas de aplicações do patrimônio;
 - Doações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.
- As despesas administrativas serão custeadas por recursos oriundos dos participantes e da patrocinadora.

16.2.2. Benefícios do Plano

Os benefícios do plano são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: terá direito ao benefício de aposentadoria normal o participante que preencher as seguintes condições: idade mínima de 60 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano.
- Aposentadoria Antecipada: a elegibilidade ao benefício de aposentadoria antecipada começará quando o participante preencher as seguintes condições: idade mínima de 55 anos e mínimo de 5 anos de participação no Plano.
- Aposentadoria por Invalidez: para a aposentadoria por Invalidez, o participante deve ter a sua invalidez atestada por um médico clínico ou perito credenciado pela MENDESPREV Sociedade Previdenciária.
- Pensão por Morte: a elegibilidade para a pensão por morte é o falecimento do participante ou do assistido;
- Morte de participante antes do gozo de aposentadoria: sobre o valor que o participante teria direito a receber caso tivesse se aposentado por invalidez, é aplicado percentual definido no Regulamento do Plano de acordo com o número de dependentes, acrescido da transformação do Saldo de Conta de acordo com as normas atuariais.
- Morte de participante assistido: aplicação de percentual definido do Regulamento do Plano, de acordo com o número de dependentes, sobre o benefício percebido na data do falecimento.

Os benefícios mensais previstos no Regulamento do Plano Misto são reajustados anualmente no mês da data base da patrocinadora, de acordo com a variação do INPC. Os dados cadastrais possuem data-base em 31/12/2010. A seguir, o resumo dos dados da Sociedade:

Participantes Ativos	
Frequência de participantes	217
Idade média (em anos)	49
Folha de salários de participação mensal	1.701
Salário de participação médio	8
Participantes Diferidos	
Frequência de participantes	62
Idade média (em anos)	45
Folha de salários de participação mensal	115
Salário de participação médio	2
Participantes Aposentados	
Frequência de participantes	40
Idade média (em anos)	64
Folha de salários de participação mensal	220
Salário de participação médio	7

CONCILIAÇÃO DOS (ATIVOS) E PASSIVOS RECONHECIDOS

	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações atuariais	81.974	80.792
Valor justo dos ativos do plano	61.531	76.349
Valor presente das obrigações a descoberto	20.443	4.443
Perda ou (ganhos) atuariais	16.880	-
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	3.563	4.443
Passivo (ativo) atuarial provisionado no Balanço	4.443	-
Passivo (ativo)	(880)	4.443

A Sociedade reconheceu em 2009 uma obrigação atuarial no montante de R\$4.443 como forma de garantir o pagamento dos compromissos do plano na sua totalidade, dentro das regras da Deliberação CVM 600. Para o exercício de 2010, conforme Parecer Atuarial houve um Ativo no montante de R\$880. A movimentação do valor justo do plano de benefícios nos períodos apresentados é o seguinte:

EVOLUÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

Valor justo dos ativos ao início do ano	76.349
Benefícios pagos durante o exercício	(2.863)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	912
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.748
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(14.615)
Valor justo dos ativos ao final do ano	61.531

A movimentação do valor referente à obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

EVOLUÇÃO DO VALOR PRESENTE DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

Valor das obrigações atuariais ao início do ano	80.792
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.458
Juros sobre obrigação atuarial	8.129
Benefícios pagos no ano	(2.863)
(Ganhos)/Perdas Atuariais	(5.542)
Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano	81.974

Para o ano de 2011, os valores a serem pagos foram projetados em decorrência das variações atuariais e deverão ser os seguintes:

DESPESA A RECONHECER NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2010	31/12/2011
Custo do serviço corrente (com juros)	1.458	1.699
Contribuições esperadas de participante	(912)	(1.230)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	8.130	8.236
Rendimento esperado dos ativos	(7.808)	(6.266)
Amortização referente ao custo de serviço passado	-	789
Despesa a ser reconhecida pelo empregador no exercício	868	3.228
Contribuições do empregador referente a custeio de plano	(1.748)	(1.230)
Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	(880)	1.998

16.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos adotados foram aquelas requeridas pelos padrões da CPC 33 e Deliberação CVM 600. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais.

Econômicas e Financeiras

	2009	2010
Taxa de desconto atuarial – real	6,00% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	6,00% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	4,00%	4,00%
Inflação projetada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%

16.4. Política Contábil para o Reconhecimento dos Ganhos/Perdas Atuariais

Os estudos atuariais projetam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem se concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho (ou perda) atuarial.

17. SEGUROS

É política da Sociedade manter cobertura de seguros para bens do imobilizado, responsabilidade civil e risco de engenharia, em montante considerado suficiente para suprir qualquer perda que vier a sofrer frente aos riscos envolvidos.

18. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Receita Bruta de Vendas e/ou serviços	1.565.246	1.379.734
Deduções das receitas brutas	(123.340)	(110.652)
	1.442.006	1.269.082

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

19. IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da sociedade e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	2010	2009
Lucro antes do IR e da CSLL	78.763	186.453
Ajuste participação SCP	-	(27.941)
Alíquota	78.763	158.512
IR/CSLL pela alíquota fiscal	34%	34%
Ajustes para refletir a alíquota efetiva	(26.779)	(53.894)
Equivalência patrimonial	1.697	2.871
Lucro diferido entidades governamentais	271	(3.499)
Outras exclusões (adições)	546	1.932
Ajustes decorrentes da Lei 11.941 e MP470	148	178
IR/CSLL diferidos		
Tributos diferidos CPC-27	780	784
Provisão para perdas	(45)	(45)
Provisão para contingências	(3.169)	(4.484)
IR/CSLL no resultado do exercício	(26.551)	(56.157)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	J. Murillo Valle Mendes
Conselheiros:	Eduardo Mendes Moreira Ándrea Mendes Teixeira

DIRETORIA

Diretor Presidente:	J. Murillo Valle Mendes
Diretor Vice-Presidente de Assuntos Corporativos:	Ângelo Alves Mendes
Diretor Vice-Presidente de Mercado:	Sérgio Cunha Mendes
Diretor de Finanças:	Ângelo Marcus de Lima Cota
Diretor de Engenharia:	Victório Duque Semionato

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Alexandre Magno de Pinho Freitas
CRC-MG-046.601/P-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas
MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A

Examinamos as demonstrações financeiras da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para empresas de grande porte, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2011.

Orplan Auditores Independentes.
CRCMG S-SP 478
Pedro Alberto de Souza
Contador - CRCMG S-SP 32.234/0

